



ΠΡΟΜΕΘΕΥΣ  
Journal of Philosophy  
n. 33 maio - agosto de 2020  
Dossiê Linguagem e Cognição



Editores: Marcus Souza, Marcos Silva & Maxwell Lima Filho

## LINGUAGEM E ENATIVISMO: UMA RESPOSTA NORMATIVA PARA A OBJEÇÃO DE ESCOPO E O PROBLEMA DIFÍCIL DO CONTEÚDO

**Marcos Silva**

**Departamento de Filosofia (UFPE/CNPq)**

[marcossilvarj@gmail.com](mailto:marcossilvarj@gmail.com)

**Iana Cavalcanti**

**Mestranda em Filosofia (UFPE)**

[ianavcavalcanti1@gmail.com](mailto:ianavcavalcanti1@gmail.com)

**Hugo Mota**

**Mestrando em Filosofia (UFPE)**

[hugousa17@gmail.com](mailto:hugousa17@gmail.com)

**RESUMO:** A linguagem não precisa ser vista como um problema para enativistas radicais. A objeção do escopo usualmente apresentada para criticar explicações enativistas só representa um problema, se tivermos uma visão referencialista e representacionalista da natureza da linguagem. Apresentamos uma hipótese normativa para a grande questão do problema difícil do conteúdo, a saber, a respeito de como práticas linguísticas se desenvolvem de mentes sem conteúdo. Nós portamos conteúdo representacional quando dominamos relações inferenciais e dominamos relações inferenciais quando dominamos relações normativas, especialmente quando somos introduzidos em quadros de autorizações e proibições. Inspirados no anti-intelectualismo do segundo Wittgenstein e no inferencialismo de Brandom, apresentamos a hipótese que a linguagem emerge da ação inferencialmente articulada a partir de elementos normativos e não da manipulação em estados mentais internos de conteúdos fixados pela referência a coisas externas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Enativismo. Linguagem. Normatividade. Brandom. Wittgenstein.

**ABSTRACT:** Language does not have to be held as a problem for radical enactivists. The scope objection usually presented to criticize enactivist explanations is a problem only if we have a referentialist and representationalist view of the nature of language. Here we present a normative hypothesis for the great question concerning the hard problem of content, namely, on how linguistic practices develop from minds without content. We carry representational content when we master inferential relations and we master inferential relations when we master normative relations, especially when we are introduced into frameworks of authorizations and prohibitions. Inspired by the anti-intellectualism of the later Wittgenstein and Brandom's inferentialism, we present the hypothesis that language emerges from inferentially articulated action from normative elements and not from manipulation in internal mental states of contents fixed by reference to external things.

**KEYWORDS:** Enactivism. Language. Normativity. Brandom. Wittgenstein.

## 1. Introdução

De acordo com Hutto e Myin (2013, 2017), uma revolução enativista está em curso nas discussões sobre a cognição. Aspectos internalistas, individualistas e intelectualistas na abordagem da cognição estão sendo desafiados. Com efeito, a ideia própria que a cognição deve ser identificada com algum processo de manipulação simbólica de conteúdos em estados mentais internos que representam elementos externos ao indivíduo está sendo substituída por abordagens que enfatizam elementos enativos, situados, extensos e corporificados na assim chamada *4-E cognition*.

As abordagens da recente tradição *4E-Cognition* caminham para uma investigação de atividades cognitivas a partir do enfoque nos aspectos “E” da mente, a saber: (i) *embodied* (corporificado), em que é sustentada a tese de que “at least some — not all by any means, but some — mental processes are constituted not just by brain processes but by a combination of these and wider bodily structures and processes.” (ROWLANDS, 2010, p. 54); (ii) *enactive* (enativo), em que a investigação se direciona para a maneira como um organismo articula suas ações com as exigências do meio onde está inserido; (iii) *extended* (estendido), na qual se defende a noção de que “at least some mental processes — not all, but some — extend into the cognizing organism's environment in that they are composed, partly (and, on the version I am going to defend, contingently), of actions, broadly construed, performed by that organism on the world around it.” (ROWLANDS, 2010, p. 58); e (iv) *embedded* (situado), onde se examina como o organismo pode usar um meio especificamente localizado para reduzir o trabalho de uma tarefa cognitiva. Assim, a tradição *4E-Cognition* examina problemas para além do âmbito representacional (HUTTO & MYIN, 2013, 2017; CLARK, 2016), possibilitando a modificação da própria noção de representação fora de uma matriz intelectualista (NÖE, 2004; CARVALHO, 2019; ROLLA, 2019).

Hutto e Myin (2013, 2017) são representantes da vertente autodenominada radical de enativismo, o *radical enactive cognition* (REC). Eles defendem que a tese cognitivista acerca da ubiquidade da representação ou de conteúdos representacionais em atividades cognitivas é falsa. Contudo, vale notar que REC não desafia a tese cognitivista com o seu contrário, a saber, a tese que *nenhuma* atividade cognitiva envolva a manipulação em esta-

dos internos de conteúdo representacional, como Di Paolo *et al.* (2018) fazem. O REC desafia a tese da ubiquidade da representação do cognitivismo com a sua contraditória, a saber, que *nem todo* ato cognitivo envolve a manipulação de representação em estados mentais internos.

No presente trabalho, é examinado o assim chamado problema do escopo apresentado contra o REC. Pretendemos apontar uma hipótese de como estender a revolução da *4E-cognition* para a linguagem. Alguns autores defendem que o REC não pode ser generalizado para todas as atividades cognitivas (*scale up problem*). O escopo explicativo do REC seria limitado ao âmbito de atividades cognitivas básicas, onde há a interação imediata e atual do organismo com o meio onde está inserido. Como consequência, atividades cognitivas mais sofisticadas, que envolvem capacidades linguísticas, simbólicas e matemáticas, por exemplo, constituiriam um desafio intransponível para a abordagem enativista. Uma explanação destas competências parece requerer que nos movamos para além do aqui-agora, dos dados imediatos da experiência, do acoplamento direto com o ambiente, em outras palavras, aonde prescindimos da interação dinâmica atual com o ambiente onde estamos inseridos.

O objetivo do presente trabalho é apresentar uma saída normativa através da qual o REC poderia enfrentar a objeção de escopo. Pretendemos fazer o REC avançar em escopo, além da cognição básica, em direção a discussões sobre a filosofia da linguagem inspirados na filosofia da linguagem do segundo Wittgenstein e de Brandom. Mostraremos que o “tip of the cognitive iceberg”, onde a linguagem é tradicionalmente situada, não deveria ser nem intelectualista e nem representacionista. É importante notar que a objeção de escopo só é um desafio intransponível se tivermos uma visão equivocada da natureza da linguagem. Se linguagem for um fenômeno inferencialista e normativo, baseada fundamentalmente em termos do lidar competente com autorizações e proibições de ações a partir de critérios públicos, e não como uma atividade prioritariamente descritiva, é possível apresentarmos uma narrativa naturalista coerente com o REC para explicar a emergência da linguagem.

Assim, apresentamos uma hipótese normativa para a grande questão a respeito de como práticas linguísticas se desenvolvem de mentes sem conteúdo. Nós portamos conteúdo representacional quando dominamos relações inferenciais e dominamos relações infe-

renciais quando dominamos relações normativas, especialmente quando somos introduzidos em quadros de autorizações e proibições. Usaremos Wittgenstein e Brandom para mostrar que a linguagem emerge da ação inferencialmente articulada a partir de elementos normativos e não da manipulação em estados mentais internos de conteúdos fixados pela referência a coisas exteriores. A linguagem emerge das atividades regradas de algumas criaturas a partir do domínio prático de proibições e autorizações e não de um raciocínio a partir de representações internas. Afinal, somos animais que jogamos, ou seja, animais que se engajam com o mundo a partir de critérios públicos que podem ser usados para corrigir possíveis desvios em nossas práticas regradas e inferencialmente articuladas.

O presente texto é dividido em três seções. A primeira trata do anti-intelectualismo na mente e na linguagem, apresentando o assim chamado problema difícil do conteúdo, ou *Hard Problem of Content* (HPC) e a proposta *Duplex Account* do REC. A segunda examina a linguagem como ação a partir do segundo Wittgenstein, ao criticar o referencialismo e representacionalismo na linguagem e apresentá-la como articulada por nossas ações no mundo. A terceira utiliza o inferencialismo de Brandom para introduzir a hipótese de uma “plataforma de lançamento” normativa e inferencialista para superar a objeção do escopo ao REC.

## **2. Anti-intelectualismo sobre a mente e a linguagem**

Uma das discussões mais profícuas na tradição filosófica é a respeito do que nós somos ou do que define nossa natureza como seres humanos. Podemos dizer que uma tradição intelectualista da filosofia, com frequência, coloca a ênfase na resposta a esta questão em alguma propriedade especial de nossa cognição para nos distinguir de outros animais. De maneira que a pergunta sobre quem nós somos é identificada com a pergunta “o que é pensar?” ou “o que é ser racional?”, ou com jargão mais intelectualista, “como manipulamos intelectualmente conteúdos representacionais dentro de nossas mentes de maneira que possamos descrever com acurácia estados de coisas externos?”. Com esta pergunta em mente, esta tradição gostaria de explicar a singularidade do ser humano na natureza. Com efeito, algumas qualidades são elencadas para nos distinguir de outros organismos como

nossa habilidade de construir civilizações ou de maneiras inventivas de nos protegermos do mundo selvagem. Ou do nosso entendimento especial do bem e do mal ou como nós agimos eticamente, porque nós seríamos, afinal, animais racionais em um mundo de irracionalidade. Uma alternativa é colocar a ênfase em nosso livre arbítrio ou em nossa certeza da morte para pavimentar nossa peculiaridade no mundo natural. Sem dúvida, a nossa linguagem pode também ser algo que pode nos separar de outros animais e de nos manter apartados da irracionalidade.

Uma visão tradicional intelectualista articula todas estas qualidades ao fundamentá-las em uma espécie de substância imaterial puramente racional que nós possuímos e constitui nosso verdadeiro ser. Esta substância manipula intelectualmente imagens ou representações internas as quais só ela mesma tem contato para poder avançar conhecimento sobre o mundo exterior. Nós temos variações desta narrativa em muitos autores influentes ao longo da história da filosofia. Contudo, outros autores ao invés disso definem que todos estes critérios não são nem necessários e nem suficientes para determinar nossa humanidade e nossas atividades cognitivas e que a ideia ela mesma de uma substância imaterial e intelectual independente das interações materiais no mundo natural é muito controversa. Em verdade, todo o programa intelectualista pode ser tomado como desencaminhador.

A resposta tradicional e seus desenvolvimentos para o problema da natureza de atividades cognitivas motivaram o que Hutto e Myin (2013) chamam de *I-Cognition*, uma visão baseada em um amálgama de internalismo, intelectualismo e individualismo para se pensar as atividades cognitivas que nos tornariam especiais na natureza. Na filosofia contemporânea, esta saída tradicional incorpora à ideia de uma substância imaterial, intelectual e individual a noção importante de manipulação de representações simbólicas pelo cérebro. O tipo especial de cognição que nós entretemos deveria ser baseada no cérebro e deveria exibir um mecanismo sofisticado de manipulação de ideias, imagens ou símbolos acerca do mundo externo. Em última análise, nesta visão comumente chamada de cognitivista, nós pensamos, nós temos atividades cognitivas, porque nosso cérebro computa informações sobre o mundo externo coletada por nossos sentidos. Como consequência, nós deveríamos capturar, processar, modelar informação acerca do mundo para que pudéssemos, enfim, agir nele. Em outras palavras, processos cognitivos que dão emergência para nossas ativi-

dades cognitivas tomam a forma de computações baseadas no cérebro em cima de conteúdos mentais internos e privados que deveriam representar coisas e estados de coisas externos. De acordo, o único tipo de cognição relevante tomaria lugar no interior intelectual de alguns animais especiais, convenientemente, nós.

Um dos grandes problemas com esta abordagem tradicional, mesmo com a sua roupagem computacionalista mais contemporânea, é o seguinte: se o cérebro realmente for uma espécie de veículo de representações, um que só tem acesso a seus próprios conteúdos, então não estaria em posição para comparar diretamente o que representa como sendo o caso com o que é realmente o caso no mundo. Uma vez que as cognições intelectuais do cérebro estariam desacopladas do mundo externo, elas ficam insularizadas na interioridade do sujeito pensante. Como resultado desta abordagem intelectualista, nós seríamos especiais, sim, mas também radicalmente separados do mundo natural. Nós poderíamos somente com muita dificuldade tentar enfrentar as lacunas que aprendemos com os filósofos modernos entre a subjetividade e objetividade do mundo, entre o interior e o exterior e, pior, entre nossos estados internos mentais e o nosso próprio corpo. Esta saída internalista e intelectualista é uma porta escancaradamente aberta para o dogmatismo e o ceticismo.

Esta bem estabelecida tradição intelectualista em filosofia da mente e das ciências cognitivas defende que cognição envolve *fundamentalmente* conteúdos como também é *fundamentalmente* constituída por manipulações internas e intelectuais de representações. Onde houver cognição, há manipulação de representações internas. Esta é a tese da ubiquidade da representação, como vimos. De outro lado, alguns adversários radicais, inspirados em correntes pragmatistas, advogam que cognição não é nem basicamente representacional e nem envolve, como em visões internalistas usuais, processamento e manipulação de conteúdos informacionais. Vários filósofos contemporâneos, como Wittgenstein e Brandom, desenvolveram tópicos importantes do pragmatismo (pensado largamente) para motivá-lo como uma fundação filosófica alternativa para o entendimento abrangente da cognição, oposta a uma tradição representacionalista e intelectualista. Os *RECCers*, por exemplo, chamam atenção para a importância de práticas corporificadas e herdadas de interações sociais para se entender tópicos relevantes na percepção, linguagem e na natureza da intencionalidade. O REC leva a sério sistemas biológicos e indivíduos situados interagindo em comu-

nidades durante um período longo como precondições de nossas atividades cognitivas, características comumente negligenciadas em uma tradição intelectualista da cognição.

No contexto da discussão acerca da natureza da mente, pensamento, cognição e racionalidade, as últimas décadas de fato testemunharam a emergência da *4-E Cognition* como uma alternativa ao *I-Cognition*. A primeira é uma plataforma interativa, relacional e dinâmica que tenta prover ferramentas conceituais originais para o nosso entendimento do que somos. Esta abordagem incorpora, assim, *insights* biológicos dentro do debate acerca da cognição, ao chamar atenção para fatos básicos sobre organismos vivos, negligenciados pela tradição intelectualista, tais como sua atividade perceptual de autoconstrução (*autopoiesis*), sua necessidade de estar constantemente se adaptando a mudanças de condições do meio ambiente (adaptatividade), e a sua responsividade seletiva a aspectos específicos do meio ambiente criando seu próprio mundo de significado (enação). Desenvolvendo esta visão, enativistas radicais exploram um passo corajoso ao removerem completamente o conteúdo representacional da explicação de atividades cognitivas básicas em organismos simples e também no nível humano.

De acordo, a visão intelectualista conservadora que o conteúdo é a marca do cognitivo deveria ser rejeitada. Como resultado, a neurociência não deveria continuar a focar no desenvolvimento de métodos e técnicas que nos possibilitem estudar o que causa o que dentro do cérebro. Filosofia, de acordo com *4-E Cognition*, deveria motivar uma nova agenda na neurociência ao oferecer um caminho conceitual alternativo sofisticado o suficiente, mas parcimonioso, de fazer sentido do trabalho da cognição sem ter que introduzir extravagâncias teóricas ou conceituais, nos permitindo evitar mistérios teóricos sobre a lacuna entre o interior e o exterior ou a subjetividade e a objetividade.

Este programa de pesquisa radical teve sucesso em prover explicações para uma grande variedade de atividades cognitivas básicas (HUTTO & MYIN 2013, 2017). Contudo, uma solução direta da total naturalização do conceito de conteúdo e representações mentais requer, dentre outras coisas, explicar como é possível sair da fundação básica da cognição que é alegadamente não-conteudística para uma teoria do conteúdo mental usando somente recursos naturalistas. A questão é como prover uma narrativa completa e sem lacunas naturalistas para a cognição. Com efeito, críticos concernentes à possibilidade de um

programa totalmente enativo puseram desafios como “a objeção de escopo”, como vimos, o problema do REC se provar relevante para a investigação de problemas tradicionais relacionados com cognição superior envolvendo conceitos como informação com conteúdo, estados representacionais, pensamento simbólico, inferências lógicas, conhecimento matemático, etc.

Teóricos enativistas, como Hutto e Myin (REC), Nöe (Enativismo Sensorio Motor), Thompson, Varela e Rosch (Enativismo Autopoiético) podem ser identificados como apoiando abordagens ascendentes (*bottom up*) metodológicas para a explicação de fenômenos cognitivos. Neste sentido, são autores em que a pretensão teórica envolve explicar características propriamente humanas como a cultura e a linguagem a partir da continuidade com nossas características compartilhadas com outros animais não-humanos. Uma justificativa comum para a defesa dessa perspectiva enativista é a de que o papel do corpo biológico foi injustamente marginalizado durante boa parte da história da filosofia. Neste caso, entender processos básicos do corpo como aqueles que permitem, por exemplo, nossa capacidade de se movimentar habilidosamente em um ambiente é de fundamental importância para entender processos mais complexos, como aqueles que permitem nossa capacidade, por exemplo, de raciocinar, pois eles estariam intimamente acoplados.

Neste contexto, a linguagem somente seria um desafio para abordagens enativistas se adotássemos uma posição referencialista e representacionista como teoria semântica de base de nossas explicações sobre como expressões linguísticas ganham significado. O referencialismo é uma tese da filosofia da linguagem que estipula que o significado da linguagem deveria, em última análise, redundar na referência de termos a coisas extra-linguísticas. É fácil notar a continuidade com teses representacionistas mais gerais. Para um referencialista, as expressões linguísticas só ganham significado por se remeterem direta ou indiretamente à referência, ou em outras palavras, as expressões da linguagem só ganham significado ao se tornarem representação de elementos extra-linguísticos. Nesta tradição, proposições, por exemplo, só teriam sentido, por exibirem suas condições de verdade, por serem compostas por nomes que denotam ou representam objetos no mundo. Como consequência, se uma proposição exibir um nome que não tem referência, por exemplo, o sentido de uma sentença estaria ameaçado; ela não poderia representar estados de coisas do

mundo de maneira veritativa. Como explicar novamente como nossas representações linguísticas podem descrever estados de coisas possíveis no mundo sem supor alguma isomorfia metafísica entre mundo e linguagem? Como explicar a nossa pretensa referência interna a coisas externas no mundo? A base da linguagem deveria estar no etiquetar de coisas no mundo através de nomes a partir da repetição de algum ato de ostensão mental ou físico? A natureza da nossa linguagem deve ser de fato representar estados de coisas do mundo?

Assim, se a referência perder o papel de destaque para a definição do significado linguístico e assumirmos um posicionamento pragmatista da linguagem, uma visão que defende uma inseparabilidade entre conhecer e agir no mundo (LEGG & HOOKWAY, 2019), o desafio do escopo seria, no mínimo, enfraquecido. Moyal-Sharrock (2019) afirma, por exemplo:

The connection between the name and the thing is not made by an act of ostension, not by merely hooking gestures on to their public referents, but by contextualized repetition in practice [...] in first picking up the linguistic expression, the child is not describing with it or referring with it, but still reacting with it. (Moyal-Sharrock, 2019, p. 9).

Contudo, antes de desenvolver este ataque wittgensteiniano ao referencialismo e ao representacionalismo, é importante introduzirmos a hipótese do *Duplex Account* de Hutto e Myin (2017). O pressuposto enativista de que organismos naturais funcionam em um acoplamento com o meio explica com eficiência as dinâmicas do aqui-e-agora, isto é, as dinâmicas do tipo *online*, mais comuns em investigações enativistas — em contraposição, há também dinâmicas do tipo *offline*, desacopladas do meio no qual se encontram os organismos, caracterizadas pelo raciocínio simbólico.

O principal objetivo do livro de 2017 de Hutto e Myin é este, como anunciado no subtítulo, fazer a ponte entre cognição sem conteúdo e cognição com conteúdo. Hutto e Myin tentam explicar como cognição básica e cognição que envolve conteúdo se combinam na cognição humana para dar uma explanação completa da relação de nossas capacidades inferenciais e de julgamento com nossa alegada cognição básica sem conteúdo. De fato, RECCers em seu último trabalho estão avançando indiretamente em um problema epistemológico moderno: como ocorre a passagem da percepção simples de coisas para crenças e julgamentos acerca destas coisas? Para filósofos de orientação kantiana, por exemplo, a

percepção deveria já ser articulada conceitualmente para suplantar a lacuna entre percepção e cognição de alto nível (MCDOWELL, 1994). Os problemas concernentes à aplicação de nossos conceitos à nossa percepção para que possamos julgá-la com correção parece ter que impregná-la inteiramente de conteúdo intencional.

Entretanto, de acordo com a interpretação de REC, como vimos, mentes básicas e cognição básica não portariam conteúdo. “Cognição básica” significa todas as atividades cognitivas exceto aquelas envolvendo linguagem pública e sistemas simbólicos culturais. Da perspectiva do REC, conteúdo não é uma característica de toda a cognição. A cognição que envolve conteúdo é uma realização especial de animais sociais especiais. Uma vez que “conteúdo” deveria significar possuir condições de correção (acurácia e condições de verdade) e uma vez que Hutto e Myin negam respostas kantianas e cartesianas que incorporam representações por toda a cognição, eles devem oferecer uma explicação de como o conteúdo emerge na natureza.

Para isto, eles defendem o que chamam de *Duplex Account*, a saber: a tese que a base biológica e natural deveria encontrar uma plataforma social para que o conteúdo emergisse na natureza. Aprofundando a agenda radical, o modo de investigação de REC é abandonar a tese intelectualista a respeito do processamento interno de informação sobre o mundo externo em favor de um *know how* puramente corporificado. Se mentes básicas não tem conteúdo, então elas também não são veículos para suportar conteúdos. De acordo com esta visão, criaturas inteligentes capazes de pensamento com conteúdo, como nós, deveriam participar de e dominar práticas sócio-culturais estabelecidas ao longo de um período longo de interações materiais complexas com o meio e com outros indivíduos. Estas práticas deveriam envolver representações públicas que dependem, para sua existência, de uma gama de instituições e costumes contingentes. Participar de tais práticas sócio-culturais estabelecidas é necessário para a emergência de formas de cognição envolvendo conteúdo. De acordo com Rolla (2018, p. 33), “a tese enativista está comprometida com as ideias de que a percepção se direciona fundamentalmente a possibilidades de ação/interação com objetos e eventos do ambiente.”

Hutto e Myin apresentam as motivações explícitas do REC ao afirmarem que: “taking the radical REC line is motivated by a desire to provide a complete and gapless natural-

istic account of cognition, right here, right now.” (HUTTO & MYIN, 2017, p. 41). Todas as explicações naturalistas que competem para entender a cognição básica devem enfrentar o que chamam de *Hard Problem of Content* (HPC) de um modo ou de outro. Como é possível ter, a partir de fundações informacionais não-conteudísticas, uma teoria de conteúdos mentais usando somente narrativas coerentes com as ciências naturais e que não pressupõem passos ou postulados metafísicos? Hutto e Myin (2017) explicam:

REC assumes that the normative practices required for claim making arose with the advent of special kinds of practices was made possible by the establishment of sociocultural niches. (...) *The trick to understanding the emergence of content is to understand the emergence of a special sort of normative sociocultural practice involving the use of public symbols.* Thus unless there is something deeply mysterious about social conformity and cultural evolution, there is nothing in the proffered explanation that introduces any inexplicable gap into nature. (HUTTO & MYIN, 2017, p. 146, destaques nossos).

Mesmo que algo mais seja dito para explicar o que há de distintivo na cognição humana que permita o tipo de performance característica da cognição superior, como matemática, lógica e raciocínios contrafactuais, essa explicação ainda deixaria em aberto como a linguagem emerge a partir da participação em práticas socioculturais, e um crítico do enativismo poderia apontar que a explicação de dois níveis, a *Duplex Account*, apenas pressupõe que, em algum momento, criaturas com certos traços biológicos efetivam habilidades linguísticas, mas que não explica como isso *de fato* ocorre.

Para enfrentarmos a objeção de escopo e oferecermos uma hipótese para a emergência de conteúdo pela linguagem no mundo natural é importante termos uma postura anti-intelectualista. Cognição não deve ser pensada em termos de uma entidade consumindo e manipulando representações, assim como a linguagem não deve ser pensada como um veículo de representações do mundo a partir da referência a objetos. Em oposição, ambas, cognição e linguagem, devem ser pensadas como capacidades especiais de alguns animais corporificados de se engajar *deontologicamente* em trocas permanentes e dinâmicas com outros animais em partes selecionadas do seu ambiente. Se engajar "deontologicamente" aqui é crucial, porque nos oferece a posição normativa que precisamos para enfrentar o desafio do escopo em relação à linguagem. Normatividade, como usamos regras e critérios

para corrigir nossas práticas e ações, não é um subproduto de uma substância imaterial computando coisas desacopadamente do mundo, mas é fundamental para o entendimento de nossa racionalidade de maneira geral e de nossa linguagem, em específico.

Com efeito, a linguagem só é um desafio para o enativista, caso tenhamos a visão incorreta dela. Entendimento, significado, cognição são conectados primeiramente através de inferências de ordem prática que constituem e articulam nossas ações no mundo e não através da referência abstrata a partir de estados mentais internos de objetos do mundo. Nossas práticas cognitivas, as maneiras a partir das quais nós agimos no mundo, são inferencialmente articuladas e podem, portanto, ser testadas e controladas publicamente. Ser racional como nós é de fato coordenar e dominar dinamicamente vários tipos de raciocínios práticos heterogêneos e conformá-los a inúmeras pressões sociais e ambientais.

Neste contexto anti-intelectualista, podemos retornar a questão que abre esta seção: "o que nós somos então?". O que ser é racional? O que significa desempenhar atividades cognitivas? Um proposta enativista, coordenada com o inferencialismo linguístico de tipo social e deontológico, afirma que o que é especial sobre nós não é o que temos dentro de nossas mentes, mas sim o que nós fazemos no mundo. Como nós agimos no mundo é o que nos torna especiais. Nós somos criaturas que, antes mesmo do domínio da linguagem, nos damos regras, normas, critérios para avaliar coisas e nossas ações em um mundo instável e misterioso. Nós fazemos este mundo inteligível para nós ao agirmos nele a partir de regras e acordos que determinam um quadro de autorizações e proibições inferencialmente articuladas.

Sim, nós podemos enfrentar o problema do escopo, pelo menos em relação a linguagem, se tivermos uma abordagem da linguagem que enfatize elementos pragmatistas, enativos e normativos para lidar com cognições complexas de maneira coerente com o naturalismo. A nossa plataforma de lançamento, coerente com a *Duplex Account* do REC, são práticas sociais. Ou melhor, práticas sociais que já devem ser inferencialmente articuladas em quadros de autorizações e proibições que constituem as regras e critérios pelos quais controlamos e corrigimos nossas práticas. Nossas atividades cognitivas no mundo estão imersas em um espaço de comprometimentos, autorizações e proibições. Neste contexto, moralidade não é a consequência de sermos seres linguísticos e lógicos, mas deveríamos

pensar o inverso. Somos linguísticos e lógicos em virtude de já termos sensibilidade e domínio em identificar elementos deontológicos (autorizações e proibições) em práticas cooperativas. Nós nos damos regras para julgar e fazer coisas no mundo, antes de representarmos ou denotarmos coisas a partir de estados mentais internos. Nós agimos a partir de regras para tornar o mundo inteligível, antes de representá-lo.

### 3. Sobre o enativismo Wittgensteiniano: Ação e Linguagem

Nesta seção, trataremos da relação entre cognição básica e cognição complexa e como podem se relacionar através do enativismo. Neste contexto, é importante pensar a linguagem como ação e em continuidade com a cognição animal e não como um veículo de manipulação de representações internas sobre o mundo exterior.

No que se segue, apresentaremos uma crítica feita por Moyal-Sharrock (2019) ao REC, a saber, a de que seria incoerente que a linguagem cumprisse a função demarcativa entre cognição básica e cognição superior. Em seguida, apresentaremos a proposta da elaboração de uma abordagem enativista informada por uma concepção pragmatista da linguagem, inspirada no pensamento do segundo Wittgenstein.

Vale notar que os intérpretes do filósofo austríaco-britânico dividem seu pensamento em fases. A divisão tradicional é a de que haveria um “primeiro Wittgenstein”, referindo-se ao período de escrita, publicação e disseminação do *Tractatus Logico-Philosophicus* (1913-1921) e ao seu aparente abandono da filosofia (1921-1928); um “Wittgenstein intermediário”, referindo-se ao período de seu retorno à filosofia, marcado pelo início da mudança de sua concepção de linguagem (1929-1934); e um “segundo Wittgenstein”, referindo-se ao período de escrita das *Investigações Filosóficas* (publicada postumamente em 1953) e de diversos outros textos, dentre eles, *Sobre a Certeza* (publicado postumamente em 1969). Estes consolidam sua autocrítica e alteram radicalmente os eixos não só de seu próprio pensamento, mas também do pensamento filosófico contemporâneo.

A partir da filosofia da linguagem do segundo Wittgenstein, evitando o referencialismo e representacionalismo próprios de uma abordagem intelectualista, é possível impedir que a linguagem seja de fato um empecilho para as abordagens ascendentes (*bottom-up*). A linguagem deveria ser vista como uma prática regrada, um jogo social com inúmeros usos

distintos para fins distintos e não redutíveis a funções representacionais de objetos e estados de coisas externos. Esta visão wittgensteiniana da linguagem pode ser usada pelo REC para enfrentar a objeção de escopo.

Como vimos, segundo Hutto e Myin (2013), o intelectualista acredita que a cognição redundaria na manipulação intelectual de símbolos e apresenta a objeção de escopo ao REC justamente por acreditar que só há atividade cognitiva se houver manipulação interna de conteúdo representacional. Com efeito, o intelectualista pode eventualmente conceder que o modelo explicativo de credenciais naturalistas do REC poderia ser empregado para atividades cognitivas muito básicas, mas duvida que possa ser generalizado para atividades mais sofisticadas:

REC approaches dealing with most cases of bona fide cognition would be, accordingly, of limited value, on the assumption that they won't scale up. Call this the Scope Objection. It allows one to accept certain antirepresentationalist lessons learned from the lab and nature while safe in the knowledge that even if representations aren't needed to explain the most basic forms of cognition this doesn't pose an interesting threat to intellectualism. (HUTTO & MYIN, 2013, p. 45).

Segundo Hutto e Myin o intelectualista desenvolve o problema do escopo ao defender que, especialmente, em atividades cognitivas acerca de elementos que não estão presentes ou situados na experiência imediata do sujeito, se demanda representações e manipulação simbólica para mediar a falta de acoplamento:

[...] This assessment fits snugly with the oft-cited claim that some behavior is too off-line and representation hungry to be explained without appeal to the manipulation of symbolic representations. In particular, non-representational cognition, which might suffice for simple robots and animals, isn't capable of explaining properly world-engaging, human forms of cognition. (HUTTO & MYIN, 2013, p. 46).

Com efeito, o intelectualista poderia defender que talvez o REC poderia lidar bem com a cognição de animais muito simples e robôs, mas não com aspectos importantes e sofisticados da cognição humana. Contudo, Hutto e Myin são otimistas em provar que o representacionalismo do intelectualista é uma maneira inadequada para se investigar a cognição de maneira geral e a linguagem em particular. Representações, em verdade, só seriam necessárias em alguns casos especiais de cognição humana. Assim, Hutto e Myin contestam o intelectualista:

But should that assessment prove mistaken—that is, should REC approaches make substantial inroads into explaining important forms of human cognition—then the boot might just be on the other foot, for it might turn out that representationally hungry tasks make up only a very small portion of mental activity. Representationally based cognition might be just the tip of the cognitive iceberg. (HUTTO & MYIN, 2013, 46).

Como vimos, segundo a *Duplex Account*, a emergência de conteúdo representacional linguístico deveria ser articulada com a emergência própria de práticas socioculturais normativas envolvendo o uso público e regrado de aparato simbólico. Se *RECCers* estiverem corretos, ainda há o problema a respeito de como práticas sócio-culturais evoluíram de mentes sem conteúdo representacional.

A partir de uma visão pragmatista, combinando aspectos da filosofia do segundo Wittgenstein e de Brandom, podemos oferecer uma abordagem enativista para lidar com a natureza da linguagem, uma vez que “through their acquaintance with culture, some cognitive creatures acquire the capacity to think about the world in wholly new ways. Through *mastering* what are for them novel practices, they become capable of new forms of thinking of a unique kind.” (HUTTO & MYIN, 2017, p. 138).

Contudo, Moyal-Sharrock (2019) acusa Hutto e Myin de assumirem a posição do *ceticismo de continuidade* para a abordagem naturalista e, conseqüentemente, para as pretensões enativistas — mais especificamente para as pretensões do REC, uma vez que o conteúdo mental apresentaria um desafio para uma explicação de *continuidade* da cognição humana em desenvolvimento com a cognição de animais não-humanos. Sobre isso, Moyal-Sharrock (2019), ao apresentar o *ceticismo de continuidade* que atribui a Hutto e Myin, comenta:

Linguistic and mathematical capabilities constitute a challenge for the enactivist approach because an explanation of these abilities requires us to move beyond dynamic interaction with the here-and-now environment. (MOYAL-SHARROCK, 2019, p. 2).

De acordo com a autora, o Enativismo Radical é confrontado pela dificuldade de explicar atividades cognitivas de nível mais alto. Sendo assim, é possível levantarmos a hipótese de que haveria alguma diferença fundamental entre as cognições básicas, o tipo de cognição em que o pressuposto enativista visa se apoiar, e as cognições complexas, o tipo de cognição constituída por conteúdos representacionais. Enquanto mantivermos a tese da

*Duplex Account*, a saber, que a cognição básica não envolveria representações e conteúdos veritativos, mas a cognição superior envolveria, mantemos uma lacuna difícil de ser explicada: “With Enactivism — particularly Dan Hutto and Erik Myin’s Radical Enactivism — representational content is out of the picture in basic human cognition. Does this mean that Enactivism loses its grip when it comes to higher level cognition?” (MOYAL-SHARROCK, 2019, p. 2).

Um exemplo importante de tentativa de naturalização da linguagem é proposta pela teleosemântica. Esta abordagem movimentou uma gama de autores, como Millikan (1984), em favor da concepção de que o conteúdo mental portaria uma normatividade oriunda de uma *função biológica*:

According to teleological theories of content, what a representation represents depends on the functions of the systems that produce or use the representation. The relevant notion of function is said to be the one that is used in biology and neurobiology in attributing functions to components of organisms. (NEANDER, 2018).

Hutto e Myin (2013, 2017) apresentam um veredito negativo a respeito de insuficiências da explicação que coloca normatividade no mundo natural. Eles advogam que nesta explicação existe um descompasso fundamental entre erro representacional, ou falsidade, e a falha de uma função biológica. Se apoiando em vários autores influentes diferentes eles defendem que “evolution won’t give you more intentionality than you pack into it” (PUTNAM, 1992, p. 33); que há uma distinção crucial entre “functioning properly (under the proper conditions) as an information carrier and getting things right (objective correctness or truth)” (HAUGELAND, 1998, p. 309); ou que “natural selection does not care about truth; it cares about reproductive success” (STICH, 1990, p. 62). Ou ainda como, por exemplo, BURGE (2010, p. 303) nos lembra: “Evolution does not care about veridicality. It does not select for veridicality per se.”

Por outro lado, a analogia do processamento de informação, típico da visão intelectualista da nossa vida interior, deveria ser tomada como supérflua para entender cognição. Como vimos, independente de ser fundada em nossa alma ou cérebro, a cognição não deveria ser pensada em termos computacionais baseada em informação que é codificada, decodificada, processada, transmitida, estocada. De acordo com a interpretação cognitivista, informação supostamente colhida pelos sentidos por diferentes canais, é codificada, proces-

sada e integrada de muitas maneiras, permitindo o seu acesso posterior. Ao invés disto, Hutto e Myin abordam a cognição em termos wittgensteinianos, isto é, eles tomam atividades cognitivas superiores, como a linguagem, como *know how*, ao invés de *know that*. Assim avançam na discussão através do exame de atividades e práticas regradas ao invés de teorias verdadeiras sobre a realidade e através da investigação de competências e habilidades ao invés de propriedades de substâncias. Eles também aplicam o método de Wittgenstein neste contexto, quando eles afirmam que “certain conceptual problems do not warrant straight solutions, they warrant dissolution by rethinking the underlying assumptions that bring them into being and make them seem, at once, intractable yet unavoidable.” (HUTTO & MYIN, 2017, p. 39).

Mesmo assim, diante de tais dificuldades como o HPC, Hutto e Myin procuram enfrentar esses desafios buscando indícios de que haveria de fato alguma diferença fundamental entre tipos de mentes distintas; neste caso, entre mentes com conteúdo mental e mentes básicas. Em suma, Hutto e Myin assumem que a mente com conteúdo (somente a humana) se diferencia da mente básica quando há presença de linguagem e cultura; mais especificamente, quando há presença de símbolos usados publicamente, tendo assim a chamada característica de *condição de satisfação*. Desta forma, a prática sociocultural que envolve o uso de símbolos e normas públicas é o que *possibilita* a existência de mentes com conteúdo representacionais, como prevê a sua *Duplex Account*. Como consequência, criaturas capazes de cognição com conteúdo devem dominar práticas especiais estruturantes, ou seja, práticas envolvendo normas públicas para o uso de símbolos, onde tais normas dependem para sua existência de uma variedade de costumes e instituições.

Moyal-Sharrock (2019) descreve que, neste ponto, o enativismo radical (REC) estaria endossando posições que enativismo *algum* deveria endossar:

Hutto and Myin’s kink sounds like Deacon’s Rubicon. It reflects the view that divides animal forms of communication from language proper. On such a view, language essentially requires the manipulation of symbols — the possibility to go from basically expressive modes of communication to referential or representational modes of communication. For there to be a language — or for our ancestors to have crossed this Rubicon — they had to have mastered the ability to use sounds that hooked up with referents by representing them. This is a view which, it seems to me, ought not to

be endorsed by Enactivism of any kind. It certainly doesn't square with Wittgenstein's enactivism. (MOYAL-SHARROCK, 2019, p. 5).

Neste sentido, o REC parece fazer surgir — ainda que não explicitamente — uma lacuna entre nós e outros animais no ponto específico do uso da linguagem. Ainda que Hutto e Myin assumam que o fato de possuímos mentes com conteúdo *não excluiria* a presença da cognição básica, fica claro que o argumento cria uma demarcação incoerente à proposta inicial do enativismo, e também com a proposta inicial do REC. Neste caso, parece que o REC, ao perceber a seriedade muitas vezes negligenciada do problema da existência do conteúdo mental no mundo natural (HPC) — ou, mais ainda, da passagem da mente sem conteúdo para a mente com conteúdo — busca uma explicação que o coloca em dificuldades com a sua própria visão enativista.

Moyal-Sharrock (2019) utiliza argumentos voltados às características da cognição animal e ao enativismo Wittgensteiniano para apoiar uma concepção de linguagem centrada em seu uso e para fragilizar o critério de demarcação apresentado por Hutto e Myin. A linguagem, em sua proposta, passa a ser compreendida como um comportamento, uma ação, não especialmente diferenciada em *tipo* de qualquer outra ação ou comportamento animal, mas apenas em *grau*. Ela afirma: “Note that Hutto and Myin do find their own continuity story gappy in one respect: ‘it can't fill in all the relevant details’ (Hutto & Myin, 2017, p. 140). So I will now try — with the help of Wittgenstein — to fill in some of those details.” (MOYAL-SHARROCK, 2019, p. 7).

Para compreendermos a argumentação de Moyal-Sharrock (2019), nos voltaremos em maior detalhe à exposição e análise de seu enativismo Wittgensteiniano.

A concepção naturalista de Wittgenstein de que a linguagem é uma ação e uma extensão de um comportamento primitivo — ou seja, ela seria apenas mais uma maneira de aprender a se comportar e agir no mundo dentre outras — é esclarecedora para demonstrar fragilidades na demarcação apresentada até agora. Essa visão Wittgensteiniana se contrapõe à visão tradicional das teorias do significado na história da filosofia. Como afirmam Biletzki & Matar (2018):

Traditional theories of meaning in the history of philosophy were intent on pointing to something exterior to the proposition which endows it with sense. This ‘something’ could generally be located either in an objective

space, or inside the mind as mental representation. (BILETZKI & MATAR, 2018).

Como consequência, aquele que queira compreender o significado de uma palavra não mais deveria centrar-se primariamente na busca pela referência desta palavra. Ao investigarmos o significado de uma palavra, não deveríamos mais pensar (generalizando), mas sim ver (em cada caso particular) a *multiplicidade de usos* aos quais essa palavra é submetida (Cf. PI §66). Segundo Biletzki & Matar (2018),

In order to address the countless multiplicity of uses, their un-fixedness, and their being part of an activity, Wittgenstein introduces the key concept of ‘language-game’. He never explicitly defines it since, as opposed to the earlier ‘picture’, for instance, this new concept is made to do work for a more fluid, more diversified, and more activity-oriented perspective on language. (BILETZKI & MATAR, 2018).

A partir dessa abordagem Wittgensteiniana, Moyal-Sharrock (2019) aponta que a linguagem emerge do desenvolvimento de algumas de nossas reações animais ou naturais compartilhadas, e não de algum tipo de raciocínio (*Sobre a Certeza* §475). Essas reações seriam como chorar quando se está triste ou com dor, sorrir quando se está alegre, ofegar ou gritar quando se está com medo, e fariam parte do que Wittgenstein chama de “modo de agir humano compartilhado” (*Investigações Filosóficas*, §206). Neste mesmo texto ele desenvolve a ideia:

Como uma pessoa aprende o significado de nomes de sensações, por exemplo, da palavra “dor”? Esta é uma possibilidade: as palavras vêm a ser ligadas com a expressão original, natural, da sensação, e colocadas no seu lugar. Uma criança se machuca e grita; os adultos, então, falam com ela e lhe instruem com exclamações, e, mais tarde, sentenças. Eles ensinam à criança um novo comportamento de dor. (§244).

Tomando essa descrição do processo de aprendizado da linguagem, podemos afirmar que haveria aqui um importante pressuposto acerca da linguagem; a saber, ela seria especialmente voltada para um *uso*:

Para uma *grande* classe de casos de utilização da palavra “significado” — se bem que não para *todos* os casos da sua utilização — pode-se explicar assim essa palavra: o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem. (*Investigações Filosóficas*, §43).

Podemos agora retornar ao exemplo proposto por Wittgenstein nas *Investigações* §244. Quando a criança aprende a falar “dor”, ela não está aprendendo a se referir (neces-

sariamente) à palavra “dor” e ao conteúdo da palavra dor, mas está aprendendo a *reagir* com a palavra “dor” ou com a proposição “tenho dor”, ampliando, assim, seu repertório de comportamentos e reações à dor. Desta maneira, não está claro que a linguagem tenha *sempre* uma relação íntima com conteúdos representacionais — partir dessa imagem da linguagem, teríamos suporte para rejeitar a tese representacionista de que toda cognição envolve necessariamente conteúdo representacional.

A partir dessa interpretação, seria possível descrever um uso legítimo de linguagem feito, por exemplo, por uma criança que está aprendendo a falar, sem que seja necessário afirmar que ela deve ser capaz de realizar atividades que requerem uma cognição complexa, como representar estados mentais a partir de símbolos. Neste contexto, Moyal-Sharrock (2019) afirma:

The connection between the name and the thing is not made by an act of ostension, not by merely hooking gestures on to their public referents, but by contextualized repetition in practice [...] in first picking up the linguistic expression, the child is not describing with it or referring with it, but still reacting with it. (MOYAL-SHARROCK, 2019, p. 9).

Reforçando a relevância de se aliar a uma visão Wittgensteiniana da linguagem para mostrar que cultura e uso público da linguagem não seriam características adequadas para a demarcação proposta por Hutto e Myin, Moyal-Sharrock recorre ao conceito de regra gramatical. Estas regras determinam o uso de palavras que são exibidas no discurso humano, em explicações do significado, em correção de erros e o que conta como uso aceito. Segundo a autora:

Rules of grammar are simply expressions of the norms of sense that are socially generated and maintained; they grow out of, and with, our natural ways of acting and our socio-cultural practices. Grammar does not generate language; nor does it exist independently of language or action; it is embedded and enacted in what we say and do. (MOYAL-SHARROCK, 2019, p. 12).

Em continuidade com esse raciocínio, Moyal-Sharrock explora o conhecimento que temos sobre a capacidade de animais não humanos serem capazes de aprender pequenos conjuntos de relações entre símbolos:

Take the fall field cricket; its less desirable smaller males produce courtship calls that dishonestly signal the body size of high condition males in order to be more sexually attractive. This example of animal interaction

beyond the here-and-now environment also indicates that animals are capable of false representation. But this crosses Hutto and Myin’s dividing line between animal and human cognition. For, on their view, forms of cognition are content-involving in that ‘they represent the world in ways that can be true or false, accurate or inaccurate, and so on’ (Hutto & Myin, 2017, p. xii). (MOYAL-SHARROCK, 2019, p. 6).

Se a capacidade de “representar falsamente” estiver presente em outros animais além dos seres humanos, então parece que alguns animais deveriam ser classificados enquanto capazes de cognição complexa. Assim, o critério proposto pelos autores do REC para distinguir as cognições básicas e complexas em tipos perde sua plausibilidade, já que atividades simbólicas também estão presentes em animais não humanos. Outros exemplos interessantes para sustentar essa declaração de Moyal-Sharrock são o da capacidade de primatas de fingirem estar feridos, esconderem alimentos, ou mesmo de crianças pré-linguísticas de forçarem choros.

As Whiten and Byrne (1988) have shown, all groups of monkeys and apes use deception, though the insight necessary to plan or understand deception seems restricted to great apes (Byrne 1999, p. 203). Examples of deception include: leading other animals towards or away from places; making them think that the agent has been hurt; concealing the excited glances that would reveal a hidden food, or concealing the food itself in the hand or under the body... Prelinguistic children often misrepresent their feelings and behaviour—sometimes concealing the latter, and exaggerating the former by forced crying. (Moyal-Sharrock, 2019, p. 6).

Todos estes casos descritos envolveriam a noção de *engano* — ou, como chama Wittgenstein, uma raiz primitiva da dúvida. “An ape who tears apart a cigarette, for example. [...] The mere act of turning an object all around and looking it over is a primitive root of doubt.” (*Remarks on the Philosophy of Psychology*, II §345). E isto, por sua vez, envolveria a noção de condição de satisfação, tão cara ao conceito de “conteúdo representacional”, atribuído por Hutto e Myin apenas à espécie humana com o advento do uso de símbolos públicos da linguagem. Moyal-Sharrock, 2019, crítica:

To speak as do Hutto and Myin of ‘the emergence of a special sort of normative sociocultural practice involving the use of public symbols’ (Hutto & Myin, 2017, p. 146) is not to encounter a kink in our practices, but a natural and enactive extension of our practices. [...] Stepping into language is not a crossing into a brave new world, where suddenly, because the word (sometimes) replaces the deed, concepts have become incommensurable with our actions. Yes, our tools are more sophisticated

than those of primates but they evolve from those, without a kink. (MOYAL-SHARROCK, 2019, p. 14).

A partir dessa perspectiva pragmatista da linguagem — que pode ser descrita como uma técnica (*Investigações Filosóficas* §199) ou uma atividade —, concluímos que a linguagem não precisa ser um empecilho para a tese de continuidade entre mentes básicas e complexas. Na próxima seção, veremos como desenvolver a ideia do enativismo Wittgensteiniano que linguagem é fundamentalmente ação a partir do pragmatismo e inferencialismo de Brandom.

#### **4. Sobre uma plataforma de lançamento normativa para enfrentar o HPC inspirada em Brandom**

Como vimos na seção II, o modo de investigação de REC é abandonar a imagem da cognição baseada no processamento de informação e a visão representacionista em favor de um *know how* puramente corporificado. Com efeito, a maneira clássica na história da filosofia de abordar a linguagem humana como uma atividade cognitiva essencialmente diferente das ações do corpo (isto é, essencialmente diferente de uma maneira de se *comportar* no mundo) foi questionada por alguns filósofos de inspiração pragmatista, em especial por Wittgenstein.

A virada pragmática teve uma grande repercussão no debate filosófico. No próprio desenvolvimento da filosofia de Wittgenstein, percebe-se uma mudança de olhar. No *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921), Wittgenstein não apresenta nenhum exemplo prático de uso da linguagem, enquanto que nas *Investigações Filosóficas* (1953) o texto não só apresenta incontáveis exemplos práticos, dentre os quais alguns com referência à aquisição da linguagem por crianças, mas também avança teses filosóficas que valorizam o papel da ação e práticas regradas para uma compreensão mais ampla de fenômenos linguísticos e sociais. No lugar de se pensar a formação de crenças e o uso da linguagem em adultos já formados, começa-se a investigar a aquisição de linguagem em crianças.

Acreditamos que a possibilidade da mudança de investigação acerca do papel da linguagem humana proposta por visões como a de Wittgenstein nos possibilita usufruir de e nos apoiar em um novo arcabouço conceitual mais pragmatista. Por exemplo, podemos

explicar a linguagem a partir de práticas sociais regradas ou jogos. Contudo, mesmo que a linguagem possa ser entendida, também, no âmbito pragmático e comportamental, ainda há a pergunta de como a linguagem como jogo evolui de mentes sem conteúdo. A hipótese a ser defendida nesta seção é: Nós portamos conteúdo representacional na linguagem quando dominamos relações inferenciais e dominamos relações inferenciais quando dominamos relações normativas, especialmente quando respondemos apropriadamente a quadros de autorizações e proibições. Desenvolvemos ideias Wittgensteinianas a partir do inferencialismo de Brandom para mostrar que a linguagem emerge da ação inferencialmente articulada a partir de elementos normativos e não da manipulação em estados mentais internos de conteúdos fixados pela referência a coisas.

Hutto e Myin (2017) lidam com o que chamamos de enigma moderno concernente à articulação entre percepção e julgamento ao usarem noções sociais e normativas. Assim como vimos, o problema moderno pode ser posto da seguinte forma: como nós transitamos da percepção para crença ou julgamento? Parece que a percepção já deveria ser conceitualmente articulada e impregnada de conteúdos representacionais para que o julgamento pudesse se aplicar sistematicamente a ela. A partir deste problema, Hutto e Myin defendem que “it is possible, in principle, to explain the origins of content-involving cognition in a scientifically respectable, gapless way. RECs aim to do so by making special reference to the important role played by sociocultural scaffolding.” (HUTTO & MYIN, 2017, p. 122).

O trabalho do REC, como vimos, deveria ser, pois, procurar explicar como estados mentais com conteúdo surgem a partir de um processo de domínio de práticas socioculturais de tipos especiais. Que tipo de prática social daria oportunidade para a emergência de conteúdos representacionais? REC já aponta que o desenvolvimento de práticas intersubjetivas e da nossa sensibilidade em relação a normas relevantes para a linguagem surgem com o domínio do uso de sistemas simbólicos públicos. Hutto e Myin defendem, pois, que:

Content only arises when special sorts of sociocultural norms are in place. The norms in question depend on the development, maintenance, and stabilization of practices involving the use of public symbol systems through which the biologically inherited cognitive capacities can be scaffolded in particular ways. (HUTTO & MYIN, 2017, p. 145).

Neste contexto, a distinção da imagem de evolução natural baseada em uma plataforma de lançamento (*launchpad*) e de outra inspirada em uma correia ou coleira (*leash*) é seminal, porque deveríamos ver a evolução como colocando plataformas que funcionam como lugar de lançamento para a emergência de novas competências e habilidades e não como uma correia guiando, orientando e limitando os próximos passos evolutivos. Além disto, Hutto e Myin (2017) defendem que, para a emergência sociocultural do conteúdo, nós devemos assumir que nossos ancestrais foram capazes de processos sociais de aprendizado de outros membros da espécie, e que eles estabeleceram práticas culturais e institucionais em um longo período de interações.

Na explicação dos *RECCers* haveria a necessidade de uma articulação da dinâmica de um mundo sem conteúdo sendo suplementada por uma plataforma socio-cultural de práticas para que o conteúdo representacional possa surgir no mundo natural. Mas que tipo de plataforma social deve ser esta? Se linguagem deve ser de fato um jogo, o que torna possível este jogo especial, esta prática regrada especial?

Acreditamos que a resposta a estas perguntas podem ser encontradas em um tipo de explicação inferencialista do conteúdo, tal como a de Brandom (1994, 2000, 2008). Uma explicação de conteúdo em termos de estados inferenciais instituídos por aspectos normativos parece ser compatível com o enativismo e ajudar a superar as dificuldades da *Duplex Account* do REC, porque podemos nos preocupar se esta explicação separa tanto a cognição sem conteúdo da cognição com conteúdo que permanece um mistério como estes dois níveis de cognição podem ser funcionalmente integrados. Assim como para um autor cartesiano, por exemplo, é difícil explicar como a mente e o corpo interagem, para *RECCers* é difícil explicar como cognição sem conteúdo se conecta com cognição com conteúdo. A nossa hipótese aposta no papel que inferências articuladas normativamente desempenham no contexto em jogos de linguagem.

A pragmática lida com modos pelos quais falantes usam expressões. Já a pragmática normativa é derivada da assunção que são regras do uso dos falantes que são cruciais para a semântica e concentram seu estudo nestas regras. O paradigma básico é que a linguagem é um tipo de jogo, como xadrez ou futebol: assim como são as regras do xadrez que fazem peças de madeira se tornarem peões ou reis, ou tornam eventos como chutar uma coisa ar-

redondada através de uma coisa quadrada em um gol, são as regras de nossos jogos de linguagem que fazem alguns sons que emitimos (ou de marcas físicas que produzimos) se transformarem em palavras e expressões significando alguma coisa. Esta visão é posta explicitamente pelo segundo Wittgenstein e é desenvolvida por Brandom.

Nossas práticas linguísticas, pensa Brandom inspirado em Wittgenstein, podem ser articuladas do mesmo modo. Nós somos jogadores no que é chamado de jogo de dar e demandar razões, o jogo mais fundamental que podemos jogar. Este jogo pode ser centralmente articulado em termos de dois tipos de *status* deontológicos, a saber, compromentimentos e autorizações. Compromentimentos se referem ao que nós somos obrigados a fazer de acordo com regras do jogo. Ao passo que autorizações são nossas permissões de fazer algo ou performar uma atividade de acordo com regras do jogo. No mesmo sentido que alteramos o *status* deontológico do jogo de xadrez quando movemos uma torre para por o rei em xeque, quando fazemos uma asserção, por exemplo, não estamos apenas tentando descrever estados de coisas externos, mas também alteramos o conjunto de *status* em nossa comunidade linguística.

Brandom (2008) descreve sua filosofia da linguagem como um inferencialismo expressivista pragmático. Por inferencialismo ele quer dizer uma abordagem da semântica de acordo com a qual conceitos e proposições só adquirem seu significado em virtude do papel que desempenham em inferências. De maneira mais detida, a concepção da linguagem de Brandom é articulada em termos de duas noções primitivas, a saber, asserções e inferências. Ele descreve a primeira como: “The core case of saying something is making a claim, asserting something.” (BRANDOM, 2008, p. 42). E a segunda é entendida como o ato de inferir uma asserção de outra e o *know how* prático de “sort inferences into those that are and those that are not materially good ones.” (BRANDOM, 2008, p. 44). De fato, as noções de asserção e inferência são internamente relacionadas, como “[a]ssertions are essentially [...] speech acts that can play the role both of premises and conclusions of inferences.” (BRANDOM, 2008, p. 42). Agora, neste ponto de vista, raciocínio redundante em fazer movimentos, dar passos entre asserções de acordo com propriedades de inferências socialmente estabelecidas, como oferecer razões para asserções com as quais se comprometeu ou de-

mandar razões de outros, assim a linguagem aparece como um jogo de fazer asserções, e usá-las para dar e demandar razões de outros.

*Making It Explicit* (1994) de Brandom é provavelmente a primeira tentativa completamente sistemática e tecnicamente rigorosa de lidar e explicar o significado de expressões linguísticas em termos do seu uso governado por normas sociais (“significado como uso”, segundo o *slogan* Wittgensteiniano). Como consequência, temos uma explicação não representacionista da intencionalidade do pensamento e da racionalidade da ação também. Brandom tenta atingir estes objetivos ao oferecer uma abordagem inferencialista oposta a uma semântica clássica baseada no referencialismo e na semântica de condições de verdade para linguagens naturais. Oferece, portanto, baseado no inferencialismo, uma explicação do papel expressivo da lógica e do vocabulário semântico tais como “verdade”, “referir”, e “representar”. Assim, ao começar com atitudes normativas práticas e os *status* deontológicos de comprometimento e autorização para asserções, e normas que são implícitas em nossas práticas de dar e perguntar por razões, a obra de Brandom tenta traçar uma rota social do raciocínio à representação. Finalmente, Brandom também enfatiza o caráter holista da semântica inferencialista: “one cannot have any concepts unless one has many concepts (...) the content of each concept is articulated by its inferential relations to other concepts.” Assim, “concepts, then, must come in packages (though it does not yet follow that they must come in just one great big one).” (BRANDOM, 2000, p. 15-16).

Isto também traz luz para o paralelo entre linguagem e jogos. Assim como um pedaço de madeira se torna uma peça no jogo de xadrez em virtude somente de ser governado por certas regras do jogo e pela relação destas regras com todas as outras regras do jogo, uma expressão significa algo em função de ser governada por regras do jogo de linguagens e de suas relações com outras regras em vários outros jogos. Por conseguinte, assim como as regras do xadrez constituem um espaço no qual podemos desfrutar jogos de xadrez, as regras dos nossos jogos de linguagem constituem o espaço de significação de nossas práticas.

O fenômeno de regras dentro do contexto de nossas práticas linguísticas também foram discutidas por Wittgenstein (1953). Como vimos, ele apontou a grande diversidade de “jogos de linguagem”, mas também levou a atenção para o problema de como nós a-

prendemos, seguimos e mantemos regras que são inerentes a estes jogos. Wittgenstein defendeu alguns pontos cruciais de regras que não são imediatamente óbvias: especialmente que nossas regras não são todas explícitas, porque para sermos capazes de seguir uma regra temos que interpretá-la, e para interpretá-la corretamente, nós iríamos precisar de alguma outra regra, o que nos levaria para um regresso ao infinito.

Brandom defende que jogos de linguagem são governados por regras inferenciais, ou que nossa linguagem é inferencialmente articulada. As regras inferenciais são o que é necessário para fazer a linguagem ser um veículo do jogo de dar e receber razões. Assim, para sermos capazes de dar razões, temos que ser capazes de fazer asserções que servem de razões para outras asserções, assim nossa linguagem deve oferecer sentenças que acarretam outras sentenças. Para sermos capazes de demandar razões, nós devemos ser capazes de fazer asserções que desafiam outras asserções, assim nossa linguagem deve nos oferecer sentenças que são incompatíveis com outras sentenças. Assim nossa linguagem deve ser estruturada por acarretamentos e, especialmente, por relações de incompatibilidade material.

Neste sentido, é importante notar que, subjacente a inferências e incompatibilidade, estão certos *status* normativos, que seres discursivos adquirem e mantêm ao usarem a linguagem. Estes *status* compreendem vários tipos de comprometimentos e autorizações. Assim, por exemplo, quando faço uma asserção, estou me movimentando em um quadro deontológico de comprometimentos e autorizações. Com efeito, por exemplo, quando faço uma asserção, me comprometo em dar e receber razões para ela quando for desafiado. E ao asserir algo, também autorizo pessoas a reasserirem minha asserção refletindo qualquer novo possível desafio. Esta ação recíproca de compromissos e autorizações é também a fonte subjacente da relação de incompatibilidade, uma vez que comprometimento de uma asserção exclue a autorização para outras. Adicionalmente, existe a relação de herdar compromissos e autorizações, por exemplo, por me comprometer com “isto é um cachorro”, eu estou comprometido também com “isto é um animal” e se tiver autorizado a asserir “está chovendo”, eu estou autorizado também a asserir “as ruas estão molhadas”.

A ideia de Brandom é que viver em uma sociedade humana é estar inserido em uma rede rica de relações sociais normativas que possuem diferentes tipos de *status* normativos.

Estes *status* alcançam muitas dimensões. Acreditamos que esta é a plataforma de lançamento normativa que precisamos para o desafio de naturalizar a linguagem. A comunicação linguística constitui um importante estrato destes *status* (compromissos e autorizações) e entender linguagem significa ser capaz de, dentre outras coisas, de acompanhar os *status* de um interlocutor. Precisamos de uma distribuição social anterior a linguagem já com *status* normativos, para possibilitar a multiplicidade de perspectivas que fazem a objetividade do conteúdo linguístico possível, tirando a centralidade do papel de representações na nossa cognição linguística. Temos conteúdo, porque temos linguagem que, por sua vez, emerge de jogos mais rudimentares que jogamos com *status* normativos.

A resposta de Brandom ao desafio de Wittgenstein a respeito da impossibilidade da explicitação de todas as regras da linguagem, de fato é defender que ao menos as regras mais fundamentais devem permanecer implícitas em nossas práticas. Elas existem a partir dos *status* normativos de falantes, o seu tratamento das asserções de outros, e também das suas próprias, como correto ou incorreto.

Inspirados no segundo Wittgenstein e em Brandom, vemos como a linguagem não precisa ser vista como um problema para enativistas radicais. A objeção de escopo usualmente apresentada para criticar explicações enativistas só representa um problema, se tivermos uma visão referencialista e representacionalista da natureza da linguagem. Mas ao usarmos a ideia pragmatista de que a linguagem é constituída por jogos, atividades regradas, que são, por seu turno, inferencialmente articuladas em função de *status* normativos e deontológicos, como compromissos e autorizações entre indivíduos, vemos que o desafio de naturalização do conteúdo pode ser respondido. Apresentamos a hipótese aqui do uso do inferencialismo pragmático para superar o problema difícil do conteúdo.

Trata-se, então, de uma hipótese normativa para a grande questão a respeito de como práticas linguísticas se desenvolvem de mentes sem conteúdo. Nós portamos conteúdo representacional quando dominamos relações inferenciais e dominamos relações inferenciais quando dominamos relações normativas, especialmente quando somos introduzidos em quadros de autorizações e proibições. Assim, a linguagem e o conteúdo representacional emergem da ação inferencialmente articulada a partir de elementos normativos em práticas

regradas e não da manipulação em estados mentais internos de conteúdos fixados pela referência a coisas externas.

## 5. Considerações finais

Seria a linguagem um desafio para abordagens enativistas? Não necessariamente. Nós manipulamos conteúdo quando dominamos relações inferenciais e dominamos relações inferenciais quando quando somos inseridos em quadros deontológicos de autorizações, proibições e compromissos. Em outras palavras, quando jogamos jogos, quando estamos imersos em práticas regradas inferencialmente articuladas as quais fomos introduzidos pela nossa comunidade. Apresentamos uma hipótese inferencialista pragmatista para mostrar como conteúdo pode surgir de práticas socioculturais e estas, por seu turno, puderam se desenvolver de mentes sem conteúdo.

Além disso, se decidirmos utilizar uma teoria pragmatista da linguagem em vez de assumirmos a tese referencialista, então parece-nos que a demarcação de *tipos diferentes* de cognição em relação às cognições humana e animal a partir do uso público da linguagem não apresentaria um desafio forte para a *hipótese de continuidade*. As abordagens *bottom-up* seriam, portanto, eficazes para explicar características humanas a partir de características não exclusivamente humanas como a competência de alguns primatas em se movimentar normativamente na natureza ou seja a partir de autorizações e proibições, mesmo que rudimentares, em princípio.

Esta é a plataforma de lançamento para mostrarmos como o conteúdo representacional da linguagem emerge de cognições básicas. Basta que algumas cognições básicas sejam baseadas em comportamento social de animais que dominem mesmo que rudimentarmente proibições e autorizações de suas práticas comunitárias. A linguagem não deve, assim, provocar uma *lacuna explanatória* na investigação sobre as diferenças de tipo, por exemplo, entre a nossa capacidade de se movimentar e a nossa capacidade de raciocinar. Ambas são capacidades práticas desenvolvidas em um período longo ao se reagir competentemente a pressões ambientais. São competências (ou *know how*) com uma base biológica. Como defende a concepção Wittgensteiniana, a linguagem surgiu pela ação e não pelo raciocínio.

A linguagem pode portar conteúdo representacional, como discutiram Hutto e Myin ao tentarem responder ao HPC e ao *scale-up problem*, em função da complexificação de quadros de inferências baseadas em status normativos pré-linguísticos, como autorizações, comprometimentos e proibições. Assim, a linguagem não deve ser tratada como uma atividade cognitiva isolada e fundamentalmente distinta das práticas do corpo, mas sim como mais uma maneira de se comportar no mundo: se portar no mundo de uma maneira especial, a saber, exibindo *status* e comportamento normativo. A linguagem não seria responsável, portanto, por uma distinção de *tipo* fundamental entre a cognição humana e a cognição animal, somente por uma distinção de *grau*. Nós portamos conteúdo quando dominamos relações inferenciais e dominamos relações inferenciais quando dominamos atividades deontológicas, mesmo que rudimentarmente, de autorizações e proibições em práticas regradas.

## REFERÊNCIAS

- BILETZSKI, A. & MATAR, A. Ludwig Wittgenstein. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2018 Edition), Edward N. Zalta (Ed.), 2018. URL = <https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/wittgenstein/>.
- BRANDON, R. *Making it explicit: reasoning, representing, and discursive commitment*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Articulating reasons*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Between saying and doing: towards an analytic pragmatism*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- BURGE, T. *The origins of objectivity*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- CARVALHO, E. An ecological approach to disjunctivism. *Synthese. Special Issue Radical Views on Cognition*, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11229-019-02253-2>
- CLARK, A. *Surfing uncertainty: prediction, action and the embodied mind*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- DI PAOLO, E.; CUFFARI, E. & DE JAEGHER, H. *Linguistic bodies: the continuity between life and language*. Cambridge: MIT Press, 2018.

- HAUGELAND, J. Truth and rule-following. In: J. Haugeland (Ed.). *Having thought: essays in the metaphysics of mind*. Harvard: Harvard University Press, 1998.
- HUTTO, D. & MYIN, E. *Radicalizing enactivism: basic minds without content*. Cambridge, MA: MIT Press, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Evolving enactivism: basic minds meet content*. Cambridge, MA: MIT Press, 2017.
- LEGG, C. & HOOKWAY, C. Pragmatism. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2019 Edition), Edward N. Zalta (Ed.), 2019. URL = [<https://plato.stanford.edu/archives/spr2019/entries/pragmatism/>](https://plato.stanford.edu/archives/spr2019/entries/pragmatism/).
- MCDOWELL, J. *Mind and world*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- MILLIKAN, R. *Language, thought, and other biological categories: new foundations for realism*. The MIT Press, 1984.
- MOYAL-SHARROCK, D. From deed to word: gapless and kink-free enactivism. *Synthese, An International Journal for Epistemology, Methodology and Philosophy of Science*, 2019. <https://doi.org/10.1007/s11229-019-02218-5>.
- NEANDER, K. Teleological theories of mental content. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2018 Edition), Edward N. Zalta (Ed.), 2018. URL = [<https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/content-teleological/>](https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/content-teleological/).
- NÖE, A. *Action in perception*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.
- PUTNAM, H. *Renewing philosophy*. Harvard: Harvard University Press, 1992.
- ROLLA, G. Enativismo radical: exposição, desafios e perspectivas. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 25, n. 46, 2018.
- \_\_\_\_\_. Reconceiving rationality: situating rationality into radically enactive cognition. *Synthese. Special Issue Radical Views on Cognition*, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11229-019-02362-y>
- ROWLANDS, M. *The new science of the mind: from extended mind to embodied phenomenology*. The MIT Press, 2010.
- STICH, S. *The fragmentation of reason: preface to a pragmatic theory of cognitive evaluation*. Cambridge: MIT Press, 1990.

THOMPSON, E. Empathy and consciousness. *Journal of Consciousness Studies*, 8 (5-7):1-32, 2001. Disponível em: <<https://evanthompsondotme.files.wordpress.com/2012/11/jcs-empathy.pdf>>.

VARELA, F., THOMPSON, E. & ROSCH, E. *The embodied mind: cognitive science and human experience*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. London: Routledge & Kegan Paul, 1921 (TLP).

\_\_\_\_\_. *Philosophical investigations*, 2nd edn. G.E.M. Anscombe (trans.). Oxford: Blackwell, 1953 (PI).

\_\_\_\_\_. *On certainty*. In: G.E.M. Anscombe & G.H. von Wright (Eds.), D. Paul & G.E.M. Anscombe (trans.). Oxford: Blackwell, 1969 (OC).

\_\_\_\_\_. *Remarks on the philosophy of psychology*. In: G. H. von Wright & H. Nyman (Eds.), C.G. Luckhardt & M.A.E. Aue (trans.) (vol. II). Oxford: Blackwell, 1980 (RPP II).